



Universidades Lusíada

Figueiredo, Alessandra Rodrigues
Miranda, Cybelle Salvador

Hospital D. Luiz I da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará como patrimônio da saúde no Brasil

<http://hdl.handle.net/11067/6080>

<https://doi.org/10.34628/mpsh-4a41>

Metadados

Data de Publicação

2020

Resumo

A imigração portuguesa para o Norte do Brasil a partir de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX inseriu-se no conjunto dos fluxos migratórios europeus que se dirigiram para a região, estimulado pela busca das riquezas oriundas da exploração da borracha. Estes formaram associações solidárias, dentre as quais destaca-se a Sociedade Beneficente Portuguesa, implantada na cidade de Belém em 1854. Neste panorama pós-independência do Brasil, a arquitetura desenvolveu-se seguindo um...

Portuguese immigration to Brazil's North from the mid-nineteenth century until the first decades of the twentieth century was part of the set of European migratory flows to the region, encouraged by the pursuit of wealth derived from the exploitation of rubber. Those immigrants created solidarity associations, and among these, we highlight the Portuguese Beneficent Society, built in Belém in 1854. In Brazil's post-independence landscape the architecture was developed following a new language, na...

Tipo

bookPart

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T12:17:20Z com informação proveniente do Repositório

COORDENAÇÃO

Joana Balsa de Pinho

Maria João Bonina

Fernando Grilo

Cybelle Salvador Miranda

Ronaldo Marques de Carvalho

Arquitetura assistencial luso-brasileira da Idade Moderna à contemporaneidade

ESPAÇOS, FUNÇÕES E PROTAGONISTAS



THEYA

Hospital D. Luiz I da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará como patrimônio da saúde no Brasil¹

Resumo

A imigração portuguesa para o Norte do Brasil a partir de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX inseriu-se no conjunto dos fluxos migratórios europeus que se dirigiram para a região, estimulado pela busca das riquezas oriundas da exploração da borracha. Estes formaram associações solidárias, dentre as quais destaca-se a Sociedade Beneficente Portuguesa, implantada na cidade de Belém em 1854. Neste panorama pós-independência do Brasil, a arquitetura desenvolveu-se seguindo uma nova linguagem, denominada por Sousa (2007) de «Classicismo Imperial» e transferida para Portugal pelos brasileiros de torna-viagem, em um movimento de influência cultural invertida, a qual o autor denomina «Classicismo à brasileira». A imponente volumetria do Classicismo Imperial conferida ao Hospital D. Luiz I, erguido em 1877 pela Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará, apresenta similitudes com a arquitetura empregada no Hospital São João de Deus, da Benemérita Sociedade Beneficente Portuguesa da capital do império brasileiro, sendo este referência projetual para o Hospital São José, administrado pela Misericórdia de Fafe, na região do Minho, através de recursos provenientes dos «brasileiros de torna-viagem» e de portugueses que permaneceram no Rio de Janeiro. Neste sentido, a arquitetura do Hospital D. Luiz I se tornou suporte de memória e iden-

tidade dos imigrantes portugueses que aportaram no Brasil, mais precisamente em Belém do Pará e como balizador estético na paisagem urbana paraense. O edifício do Hospital D. Luiz I documentou uma época, um período distinto e codificado, no qual se materializaram os contextos técnicos construtivos, sociais, políticos, culturais e econômicos da colônia portuguesa no Brasil, ratificando o valor patrimonial que o caracteriza como «Documento Monumento».

Abstract

Portuguese immigration to Brazil's North from the mid-nineteenth century until the first decades of the twentieth century was part of the set of European migratory flows to the region, encouraged by the pursuit of wealth derived from the exploitation of rubber. Those immigrants created solidarity associations, and among these, we highlight the Portuguese Beneficent Society, built in Belém in 1854. In Brazil's post-independence landscape the architecture was developed following a new language, named by Sousa (2007) as «Imperial Classicism» and transferred to Portugal by the so called «brasileiros de torna-viagem» in a movement of reverse cultural influence, which the author calls «Brazilian Classicism». The Imperial Classicism's imposing volumetry granted to the Dom Luiz I Hospital, built in 1877 by the Praiseworthy Portuguese Beneficent Society of Pará,

¹ O artigo apresenta temas que foram desenvolvidos preliminarmente e posteriormente deram origem ao capítulo de livro Cibelly Alessandra Rodrigues Figueiredo, «Arquitetura da saúde como patrimônio: Hospital D. Luiz I da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará», in Cybelle Salvador Miranda e Renato da Gama-Rosa Costa (orgs.), *Hospitais e saúde no Oitocentos: diálogos entre Brasil e Portugal*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2018.

has similarities with the architecture applied in Saint John of God Hospital, the Praiseworthy Portuguese Beneficent Society of Brazil's empire capital, which was a projectual reference to St. Joseph Hospital, run by the Fafe's Mercy, in Minho region, through resources from the «brasileiros de torna-viagem» and Portuguese who remained in Rio de Janeiro. In this sense, the architecture of the D. Luiz I Hospital became the support of memory and identity of

the Portuguese immigrants who arrived in Brazil, more precisely in Belém of Pará and as an aesthetic beacon in Pará's urban landscape. The D. Luiz I Hospital's building documented a time, a distinct and encoded period, in which the technical constructive, social, political, cultural and economic contexts of the Portuguese colony in Brazil were materialized, confirming its patrimonial value which features it as a «Document-Monument».

1. A CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL D. LUIZ I NO CONTEXTO IMIGRATÓRIO LUSO DOS OITOCENTOS

O movimento imigratório luso para o Brasil, em meados do século XIX, revelou conexões entre os lugares de partida e de chegada entre os quais circulavam pessoas e informações. Essas redes sociais migratórias necessitavam de estruturas e de instituições que favorecessem processos de adaptação e de sobrevivência em terras além-mar.

No Norte do Brasil, a economia da borracha extraída dos seringais promoveu em breve espaço temporal um processo de modificação urbanística na capital paraense. Levando-se em consideração que Belém fora fundada em 1616 e até meados do século XIX apresentava, praticamente, o mesmo traçado urbano e construções erigidas com as técnicas empregadas durante o período colonial, o desenvolvimento ocorrido em 15 anos fora excepcional. Surgia então a «Belle Époque», gerando um enriquecimento da nova sociedade capitalista em Belém do Pará, servindo como principal motivação para a corrente migratória portuguesa para a Amazônia a partir da segunda metade do século XIX.

Sarges² e Cancela³ relatam que, durante o processo de transformação da urbe paraense, a população sofreu adequações em seu cotidiano e em todos os níveis sociais, sendo o conceito de «civildade» imposto a toda a sociedade, negando os valores da cultura nativa em favor da adoção de costumes europeus, preferencialmente os franceses. Coube aos ricos a ostentação, a sofisticação, reveladas desde a indumentária ao modelo de habitar e de interagir com os demais membros da sociedade. O Governo

² Maria de Nazaré Sarges, *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*, 3.^a ed., Belém, Paka-Tatu, 2010.

³ Cristina Donza Cancela, *Casamentos e relações familiares na economia da borracha (Belém 1870-1929)*, texto policopiado, dissertação de doutorado em História apresentada à Universidade de São Paulo pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2006.

e o «novo burguês» controlavam as atitudes dos mais humildes, oprimindo-os e expulsando-os das áreas nas quais tinham interesses.

Paradoxo do progresso, da modernidade, na qual convivem a miséria, a prostituição e toda uma gama enorme de desgraças sociais com o fausto e o luxo de uma burguesia que consumia, fundamentalmente, o importado⁴.

Em solo brasileiro, a colônia portuguesa buscou conservar e rememorar valores culturais e religiosos presentes na terra natal. Desta forma, criaram-se associações de amparo, baseadas nos fundamentos da Misericórdia, bem como outras voltadas a cultura, como o Grêmio Literário e Recreativo Português, de Belém, conferindo a colônia um espaço na elite da sociedade brasileira de então.

Dentre as instituições de cunho assistencial, Chaves⁵ aponta as Sociedades Beneficentes Portuguesas, que foram custeadas por doações e pagamento de associados portugueses, juntando-se a instituições pioneiras na assistência aos necessitados, como as Santas Casas da Misericórdia, que, conforme Miranda⁶, permaneciam como a única instituição a atender indistintamente a população da capital paraense.

Como critério para acesso à condição de sócio da Sociedade Beneficente, em Belém, «exigia-se para a entrada na sociedade que o proposto fosse cidadão português no gozo dos seus direitos, tivesse um bom procedimento, residisse no Pará ou no Amazonas, e ganhasse um emprego lícito à sua subsistência»⁷.

Era nomeado um membro da monarquia lusa como patrono das instituições criadas no Brasil. A reverência ao monarca era utilizada como valor simbólico a fim de evidenciar a Sociedade Beneficente Portuguesa como membro da elite emergente, produzindo no imaginário do imigrante luso, na sociedade brasileira que o acolheu e na realeza em Portugal, uma reafirmação do pertencimento à nação europeia.

Com a intenção de evidenciar o caráter religioso e cristão das instituições filantrópicas lusas, ainda como herança das Misericórdias, um santo protetor era escolhido para as Sociedades Beneficentes. Assumindo um caráter de prestígio

⁴ Maria de Nazaré Sarges, *op. cit.*, p. 157.

⁵ Larissa Patron Chaves, «Honremos a Pátria Senhores!»: As Sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro do Rio Grande (1854-1910), texto policopiado, dissertação de doutorado em História apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

⁶ Cybelle Salvador Miranda *et alii*, «Santa Casa de Misericórdia e as políticas higienistas em Belém do Pará no final do século XIX», *História Ciências Saúde – Manguinhos*, vol. 22, n.º 2, 2015, pp. 1-15.

⁷ «História da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará», ampliação do resumo escrito por Arthur Vianna, em 1904, no *Jornal do Comércio*, Belém, 1974, p. 38.

social nas ações caritativas impetradas pelas Sociedades Beneficentes, solenidades e festividades, que se tornavam eventos religiosos e sociais que atraíam a colônia portuguesa e as autoridades eclesiásticas, eram comumente realizadas em homenagem ao padroeiro da instituição.

No contexto beneficiado por meio do enriquecimento e incremento regional, artefatos que evidenciassem luxo e sofisticação eram consumidos pela burguesia da segunda metade do século XIX. A arquitetura estava inserida no cenário da materialização do poder e da garantia de *status* social «servindo também para a montagem do perfil e transformação das casas belenenses»⁸.

Os edifícios-sede dos hospitais das Sociedades Beneficentes foram mais uma representação de inclusão e promoção social. Segundo Chaves:

Essa sofisticação de interiores e exteriores de prédios públicos e privados [...], podiam também ser vistas como importantes modificações nas relações sociais e nas reformulações dos signos de distinção, que materializaram o status e a posição social de seus proprietários e, ou, usuários. Ou seja, estruturar-se enquanto classe social e disputar espaço político, a nova elite impôs padrões sociais e culturais, aí incluídos numa sensibilidade específica condicionante da maneira de ser e estar no mundo.

Os edifícios-sede das Sociedades Portuguesas de Beneficência se inserem dentro dessa visualidade, uma vez que materializam os desejos dos imigrantes portugueses de fazer parte de um grupo de elite⁹.

De acordo com Miranda¹⁰, em 1840, a colônia lusa fundou no Rio de Janeiro a primeira Sociedade Beneficente Portuguesa e em Belém esta atividade filantrópica começou em 1854, dinamizada por meio de um pequeno grupo português, liderado por Francisco Gonçalves de Medeiros Branco, o qual, em 1851, transferiu sua residência de São Luís para Belém.

Conforme Brito¹¹, em 8 de outubro de 1854, nas dependências da empresa Vasconcellos & Ca, localizada na rua da Imperatriz, atual rua 15 de Novembro,

⁸ Cristina Donza Cancela, *op. cit.*, p. 17.

⁹ Larissa Patron Chaves, *op. cit.*, p. 182.

¹⁰ Cybelle Salvador Miranda, «Memória da assistência à saúde em Belém-PA: arquitetura como documento», comunicação apresentada no «I ENANPARQ – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo», Rio de Janeiro, de 29 de novembro a 3 de dezembro de 2010, pp. 1-24 (versão eletrônica em <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/index.htm>, consultada em março de 2014).

¹¹ «História da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará», *op. cit.*

durante a terceira reunião do grupo português comandado por Medeiros Branco e após serem definidos e aprovados os estatutos, elegeram o primeiro corpo diretor. Todas as decisões foram registradas em ata (fig. 1), configurando a fundação da Sociedade Beneficente no Pará e que possuía por ideal ajudar os associados nos momentos difíceis de desemprego, de doenças e de morte.

A ausência de iniciativa por parte do poder público, aliado ao desconhecimento científico em relação à propagação e à erradicação das moléstias como a febre amarela, a cólera e a varíola, fez com que a sociedade se mobilizasse no combate às doenças, porém, muitas pessoas foram vítimas destas epidemias, pois, no passado, a ideia errada – incorporada no Brasil – «de que todas as doenças transmissíveis seriam erradicadas, fez com que as equipes de vigilância baixassem a guarda»¹².

No centro do diálogo entre a modernização tecnológica e científica se enquadram os hospitais e as reformas urbanas como meios de combate às epidemias. Inspirados nos preceitos da caridade instaurada com as Misericórdias em Portugal, instituições religiosas e civis buscaram exercer seu papel na assistência aos desamparados pela sorte, denotando um mecanismo de poder exercido por membros da elite local.

A Sociedade Portuguesa funcionou em alguns prédios da capital paraense, firmando-se em 1877, no Hospital D. Luiz I (fig. 2), em cujas instalações ainda funciona, de modo que a imponente volumetria representa um balizador estético na paisagem urbana, vindo a corroborar com valores e representações do imaginário português em Belém.

A escolha de um terreno afastado do centro da cidade, localizado na avenida Dois de Dezembro, ratificou a precaução que emanou do meio político-científico em promover a higienização da cidade. De acordo com Beltrão¹³, Miranda¹⁴ e Costa¹⁵, foram implementadas ações corroborando com o melhoramento do fluxo de ar através da abertura de largas ruas, com sistema de esgoto que facilitou o escoamento da água, permitindo a salubridade nos espaços coletivos, os quais passaram a ser fiscalizados pelo poder público.

Dessa forma as estratégias apontadas pelos médicos, imbuídos de uma concepção higienista, para garantir a salubridade dos espaços coletivos da cidade resultaram especificamente para os hospitais [...], (nos quais) cuidar de doentes deixava de ser apenas um exercício da caridade e da solidariedade cristã, para expressar também uma medida profilática de higiene cívica, cujo objetivo era manter a ordem social. Logo, no tempo das epidemias, essa secularização e conseqüente racionalização da sociedade Oitocentista, transformou o hospital em um espaço de experiência da

ciência médica a serviço do poder público, sem contudo, acarretar a perda total de sua antiga função de amparo e de consolo diante do padecimento dos doentes¹⁶.

O arquiteto português Frederico José Branco seguiu os conceitos higienistas da época e a arquitetura classicista vigente no Brasil ao projetar do Hospital D. Luiz I, expressando em seus traços arquitetônicos a posição que a colônia lusa representava em Belém e sua relação com o poder régio em Portugal.

Com respeito às características arquitetônicas do edifício-sede do Hospital da Beneficente Portuguesa, Figueiredo assim as descreve:

A edificação locou-se em terreno afastado dos limites urbanos, com uma escadaria que deu acesso à entrada principal, elevada em relação ao nível da rua, evitando, dessa forma, que o pavimento térreo absorvesse a umidade do solo.

A fachada foi composta em cinco volumes, proporcionando um jogo de luz e sombra, com movimento volumétrico que realçou as formas geométricas inseridas na elevação. O bloco central configurou-se em dois pavimentos, projetados além do alinhamento dos blocos laterais e divididos por uma moldura. Nos frontões lateral e central encontravam-se esquadrias, em duas folhas, com mesmo nível de detalhe e riqueza das demais. Uma moldura percorreu, abaixo da platibanda cega, os blocos laterais e em cujas extremidades dois módulos se sobressaíram¹⁷.

A arquitetura do Hospital D. Luiz I, como representação da sociedade lusa no cenário urbano, proporcionou um diálogo de valores que buscavam pela afirmação dos portugueses em solo brasileiro sem perder os laços afetivos que os atrelavam ao torrão natal. A compreensão da construção do edifício-sede no exercício filantrópico como um método simbólico de firmar uma imagem positiva da presença lusa na região que os recebera constituiu uma garantia da historicidade no entendimento dos organismos urbanos e, assim, «verdadeiros documentos para se proceder a investigação de determinados contextos históricos, pelas suas qualidades funcionais, estéticas e pela sua localização na espacialidade da cidade»¹⁸.

¹⁶ Magda Nazaré Pereira da Costa, *op. cit.*, pp. 58-59.

¹⁷ Cibelly Alessandra Rodrigues Figueiredo, Hospital D. Luiz I da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará como documento/monumento, texto policopiado, dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo apresentada à Universidade Federal do Pará pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2015, p. 56.

¹⁸ Renato da Gama-Rosa Costa e Ana Albano Amora, «Lugares de memória da saúde no Centro do Rio de Janeiro», comunicação apresentada no «I ENANPARQ – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo», Rio de

2. CLASSICISMO IMPERIAL BRASILEIRO

Coexistiram, desde finais do século XVIII ao início do século XX, linguagens estilísticas que corroboraram a existência de um período de transição necessário para a assimilação e a disseminação de um novo momento na arquitetura e nas artes brasileiras, mostrando a vulnerabilidade existente nas rígidas cronologias temporais.

Sem a ocorrência de fatos fundamentais como a chegada de D. João e sua corte; a Independência e a criação do Estado nacional, concretizado através de uma monarquia de origem dinástica portuguesa; a atuação da Missão Francesa de 1816; a compreensão dos valores culturais que teve D. Pedro II durante seu longo reinado, talvez nem se teriam esboçado as alterações que levaram a arte erudita a aprofundar um pouco o seu enraizamento e sua expansão em termos nacionais na nova fase da arte leiga e civil¹⁹.

Durante os Oitocentos, o Brasil viveu a necessidade de projetar edifícios públicos e obras civis que não se faziam presentes no período colonial, tais como palácios governamentais, assembleias legislativas, teatros, hospitais, ginásios e residências, sendo que nas primeiras décadas do século XIX despontou uma linguagem que almejava conciliar os avanços técnicos pós-industrialização com uma aparência limpa e racional.

Segundo Sousa²⁰, a linguagem classicista interrompeu o barroco implantado pelos portugueses no período colonial, e reconhecido até então como uma arquitetura verdadeiramente brasileira, assim criando-se um certo repúdio em relação ao Classicismo Imperial. Assim sendo, a linguagem arquitetônica do barroco estava sendo substituída por uma linguagem clássica e esta, sim, representava a primeira arquitetura a ser realizada no Brasil independente.

As fachadas das edificações construídas segundo a linguagem clássica que marcou o império brasileiro proporcionavam um caráter estético racional, suntuoso e concomitantemente simples, pois os poucos ornamentos estavam aliados à funcionalidade, quesito básico na execução projetual do edifício, quando o mesmo assumiu o caráter para o qual fora proposto. Contudo, no seu interior encontravam-se opulentos ornamentos.

Janeiro, de 29 de novembro a 3 de dezembro de 2010, pp. 1-15 (versão eletrônica em <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/index.htm>, consultada em março de 2014).

¹⁹ Mário Barata, «A arte no século XIX: do neoclassicismo e romantismo até o ecletismo», in Walter Zanini (org.), *História geral da arte no Brasil*, vol. I, São Paulo, Instituto Walther Moreira Salles, 1983, p. 385.

²⁰ Alberto Sousa, *Arquitetura neoclássica brasileira: um reexame*, São Paulo, PINI, 1994.

A concepção dos edifícios buscava valorizar as fachadas através de ornatos sobre as platibandas, molduras, pilastras e em alguns exemplares mais elaborados usavam movimentar a volumetria das fachadas «capazes de aliviar o rigor da composição e introduzir nela um oportuno toque de graça»²¹.

A utilização de ornamentação nas fachadas dos exemplares do Classicismo Imperial Brasileiro, comumente fazia alusão à nação portuguesa. Eram símbolos lusos fabricados com materiais oriundos da antiga metrópole, como louças, pedra de lioz e azulejos. Os frontões geométricos marcaram presença na estética desta linguagem arquitetônica, coroando e evidenciando o pórtico central da edificação, fazendo uso da fenestração à florentina, com vãos de verga semicircular (fig. 3).

3. A ARQUITETURA DOS BRASILEIROS DE TORNA-VIAGEM

O Governo brasileiro subsidiou a vinda de um contingente de imigrantes portugueses como parte de uma política de incentivo ao desenvolvimento do Brasil. Com tantos fatores que proporcionaram a repulsão dos lusos de sua terra natal, aliam-se as opções oferecidas no Brasil em relação à diversidade de emprego em vários ramos de negócios, não somente o rural, com acessibilidade facilitada ao idioma, cultura e religião, bem como as cartas de chamada de compatriotas portugueses que já estavam financeiramente equilibrados, estimularam a vinda de conterrâneos para a antiga colônia²².

Os portugueses se organizaram em torno de associações de caráter social, cultural e beneficente, como o Real Gabinete Português de Leitura, criado em 1837 no Rio de Janeiro, e as Sociedades Benéficas, organizadas e regidas a partir de estatutos que estabeleciam benefícios aos sócios.

De acordo com Serrão²³, Sousa²⁴, Bastos²⁵, indivíduos portugueses enriquecidos no Brasil, através principalmente do comércio, no qual se evidenciaram, regres-

²¹ *Idem, ibidem*, p. 93.

²² Marcos Antônio de Carvalho, *Bebendo açaí, comendo bacalhau: perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do século XX*, texto policopiado, dissertação de doutorado em História apresentada à Universidade do Porto pela Faculdade de Letras, 2011, p. 39.

²³ José Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. IX, *O terceiro liberalismo (1851-1890)*, Lisboa, Verbo, 2003.

²⁴ Alberto Sousa, *A variante portuguesa do classicismo imperial brasileiro*, João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2007.

²⁵ Daniel Bastos, *Fafe: história, memória e patrimônio*, Fafe, Converso, 2013.

saram ao torrão natal com fortunas e costumes burgueses que adquiriram além-mar, ostentados na arquitetura civil privada e pública.

Segundo Sousa²⁶ e Bastos²⁷, a linguagem arquitetônica do Classicismo Imperial foi levada para Portugal pelos chamados brasileiros de torna-viagem, em um fluxo inverso ao da migração portuguesa ao Brasil. Enriquecidos e com grandes influências em sua terra natal, os «brasileiros» eram vistos como figuras de destaque na elite social brasileiro-portuguesa e com o seu capital realizaram uma modernização nas cidades de seus concelhos de nascimento, construindo prédios públicos e dinamizando a indústria.

A arquitetura levada para solo luso, a partir do fluxo inverso de dimensão comportamental, foi designada «pela expressão classicismo à brasileira, formada pelo nome da linguagem maior que o caracteriza e um qualificativo que faz alusão à arquitetura que lhe deu origem»²⁸. A produção material do brasileiro de torna-viagem foi concretizada pela arquitetura, pois

O que dava identidade à grande maioria dos exemplares do classicismo à brasileira era principalmente a combinação de dois traços que não eram característicos da arquitetura portuguesa (uso predominantemente, nas frontarias, de vãos encimados por verga semicircular e o emprego das platibandas cheias ou vazadas) com algumas das características mais tradicionais desta, que tinham sido assimiladas pelo classicismo imperial brasileiro – como a decomposição das fachadas em retângulos delimitados por cunhais, pilastras, cimalkhas e balcões, e o uso da bicromia, gerada geralmente pela utilização de dois materiais diferentes, para acentuar a distinção entre os elementos salientes e o plano básico das paredes externas²⁹.

No Classicismo à Brasileira os pavimentos, em sua totalidade, apresentam textura análoga, sem colunas colossais, proporcionando uma parcial planificação da fachada, sendo utilizadas pilastras, cimalkhas, cercaduras e outras molduras como elementos para produzir efeito volumétrico, bem como o revestimento azulejar das fachadas foi ponto de comunhão entre as duas linguagens, embelezando as elevações com brilho e cor.

Figueiredo³⁰ relacionou como elementos comuns que caracterizam a arquitetura do Classicismo Imperial e a do Classicismo à Brasileira: a) o uso de platibanda cheia ou vazada em todas suas fachadas; b) o uso de fenestração com domínio de vãos com abertura semicircular; c) o acabamento uniforme nas elevações, em todos os andares; d) o coroamento da fachada com frontão geométrico, de linhas retas ou curvas; e) as

²⁹ *Idem, ibidem*, p. 14.

³⁰ Cibelly Alessandra Rodrigues Figueiredo, *op. cit.*

elevações com poucas saliências, sendo os relevos destacados por bicromia; f) a ausência de colunas colossais; g) o emprego do azulejo como revestimento de fachadas.

Destacam-se alguns exemplares característicos desta tendência no Norte português, tal como o Hospital São José da Santa Casa da Misericórdia de Fafe, edificado como um dos edifícios mais significativos da arquitetura do Classicismo à Brasileira, cuja fachada seguiu a «linha arquitetônica da Beneficência do Rio de Janeiro»³¹.

Mergulhados num processo de sociabilidade que os colocou em contacto com novas tradições, hábitos e costumes, e aristocratizados pela fortuna almejada, o retorno empreendedor dos emigrantes brasileiros de torna-viagem impulsionou em Fafe no caso do séc. XIX a construção de moradias apalaçadas, do jardim público, dos primeiros pólos industriais e do teatro-cinema. [...]

Paralelamente à dimensão empreendedora, o retorno brasileiro assumiu em Fafe ainda uma feição benemérita que permitiu mitigar os poucos recursos da administração local e central. Num país profundamente iletrado, em que o índice de analfabetismo era extremamente elevado e a rede de ensino limitado ao primário, cobria apenas uma pequena parte do concelho [...]³².

O fulgor caritativo que emanava dos lusos no Brasil atravessou o oceano, retornando ao solo português e fundando associações filantrópicas que, de acordo com Costa³³, «pretendem ao mesmo tempo ser o reflexo da união da colónia portuguesa em torno da nacionalidade e da identidade portuguesas, mantidas pelo existir dessas instituições». Em Fafe, nas residências, erguidas como palacetes para a época (fig. 4), eram realizados eventos sociais, nos quais definiam metas e ações de patrícios portugueses para a cidade portuguesa.

A partir da análise dos exemplares da arquitetura hospitalar da segunda metade do século XIX, identificamos aspectos compositivos que estão presentes nas fachadas das três instituições de saúde: Hospital D. Luiz I, em Belém, Hospital São João de Deus, no Rio de Janeiro, e Hospital São José, em Fafe, entre os quais Figueiredo³⁴ encontrou analogias e distinções, configurando a assimilação de padrões formais em mão dupla.

³¹ Daniel Bastos, *Santa Casa da Misericórdia de Fafe: 150 anos ao serviço da comunidade*, Fafe, Ed. Santa Casa da Misericórdia de Fafe, 2012, p. 34.

³² *Idem, ibidem*.

³³ Luís Manuel Neves Costa, «A assistência da colónia portuguesa do Brasil, 1918-1973», *História Ciências Saúde – Manguinhos*, vol. 21, n.º 2, 2014, p. 729.

³⁴ Cibelly Alessandra Rodrigues Figueiredo, *op. cit.*

Observando as fachadas principais dos 3 hospitais podemos identificar uma morfologia muito semelhante, com ênfase no: a) corpo central coroado por frontão curvilíneo, presente nas 3 edificações; b) acesso principal por meio de escadaria, vencendo a altura do porão; c) corpo central destacado por duas pilastras jônicas, com 3 vãos; d) pavimento térreo com esquadrias em arco pleno; e) emprego da sobreposição de ordens clássicas: dórica no primeiro pavimento e jônica no superior; f) uso de platibanda cheia em toda a extensão do volume arquitetônico; e na g) utilização de símbolos e datas nas fachadas (fig. 5).

No que concerne às variações morfológicas, destaca-se a extensão horizontal do partido arquitetônico do Hospital D. Luiz I, em Belém, que, além de ter sido projetado com dois corpos mais extensos simetricamente ao corpo central, a partir de 1919 teve seu volume arquitetônico modificado para uma planta em H, após o acréscimo de um pavilhão paralelo ao original, com corpo central e dois laterais simétricos. Desta forma, a planta do hospital belenense contrapõe-se aos dois outros exemplares, do Rio de Janeiro e de Fafe, que se encontram em planta quadrada. As demais discordâncias foram analisadas por Miranda, que constata:

Em Belém, as portas janelas do pavimento superior são arrematadas por guarda-corpo entalado, e não por varandas contínuas como o exemplar carioca, bem como as marcações horizontais e verticais do 1.º pavimento do Rio de Janeiro foram executadas em pedra, o que não ocorre em Belém³⁵.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A valorização do edifício-sede do Hospital D. Luiz I, não como mero território de reativação de lembranças perdidas ou de nostalgia de algo que já ocorreu no passado, contribui para que sua edificação seja preservada sob o olhar que interliga história e arquitetura, alicerçadas na memória e na firmação identitária que emanaram dos grupos sociais envolvidos. Esta relação merece evidência no âmbito científico, considerando que a arquitetura dos edifícios-sede

pode ser compreendida como suporte de memória e verdadeiros documentos para se proceder a investigação de determinados contextos históricos, pelas suas qualidades funcionais, estéticas e sua localização na espacialidade da cidade. As edificações poderiam de esta forma ter o caráter de monumentos, observando-se

³⁵ Cybelle Salvador Miranda *et alii*, *op. cit.*, p. 12.

ainda que pode entendê-los como «aquilo que pode evocar o passado» e como algo que possa atuar para «perpetuar a recordação»³⁶.

Como edifício projetado segundo as solicitações higienistas dos Oitocentos, o Hospital D. Luiz I mostra-se como fonte documental histórico-arquitetônica relevante para a construção do conhecimento médico-científico no cenário do sistema hospitalar brasileiro.

A interdisciplinaridade que aflora da percepção do patrimônio da saúde se faz necessária a fim de analisar a complexidade intrínseca na definição da área de atuação profissional e as maneiras de ingerência junto dos grupos sociais. Esta constatação emana da definição que a Rede Latino-Americana de História e Patrimônio Cultural da Saúde³⁷ conferiu à designação «patrimônio cultural da saúde» como «um conjunto de bens materiais e simbólicos socialmente construídos, que expressam o processo da saúde individual e coletiva nas suas dimensões científica, histórica e cultural»³⁸.

Deste modo, é possível reconhecer que o edifício-sede do Hospital D. Luiz I foi idealizado e materializa a identidade da comunidade de imigrantes portugueses, nas esferas regional, nacional e internacional, consolidando no contexto da elite paraense, a Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente. Tal constatação serve de base ao reconhecimento do Hospital D. Luiz I da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará na condição de patrimônio histórico e arquitetônico da saúde no Norte do Brasil.

³⁶ Renato da Gama-Rosa Costa, «Patrimônio moderno da saúde e os desafios para a sua valorização. O exemplo do Rio de Janeiro», comunicação apresentada no «Seminário Docomo Brasil», Rio de Janeiro, 2009, p. 3 (versão eletrônica em <http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/160.pdf>, consultada em março de 2014).

³⁷ Parceria firmada entre os Ministérios da Saúde do Brasil e do Chile, juntamente com o Centro Latino-Americano de Informação em Ciências da Saúde e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). «Essa Rede tem o objetivo de implementar projetos de cooperação técnico-científica voltados para a identificação, preservação, valorização e divulgação do patrimônio cultural da saúde» (Renato da Gama-Rosa Costa, *op. cit.*, pp. 3-4).

³⁸ *Idem, ibidem*, p. 4.

NOTA CURRICULAR

Cibelly Alessandra Rodrigues Figueiredo, arquiteta e urbanista pela Universidade Federal do Pará (UFPA), especialista em Preservação e Restauração do Patrimônio Arquitetônico pela UFPA, mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU da UFPA.

Pesquisadora do Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMEMO), integra a equipe da investigação «Classicismo nos Hospitais da Misericórdia e da Beneficência na 2.^a metade do século XIX: trânsito entre Brasil e Portugal» e participa dos grupos de pesquisa: «Cidade, aldeia e patrimônio» e «Saúde e Cidade: arquitetura, urbanismo e patrimônio cultural». E-mail: cibellyfigueiredo@gmail.com

Cybelle Salvador Miranda, arquiteta e urbanista, doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, coordena o Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMEMO) na Universidade Federal do Pará. Investigadora associada ao CLEPUL, Universidade de Lisboa, concluiu pós-doutoramento em História da Arte na mesma Universidade. E-mail: cybelle1974@hotmail.com